



Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

Ata nº 2

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de 2017, reuniram nas instalações da Freguesia da Baixa da Banheira os membros da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Regimento da Assembleia de Freguesia*
- 2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento 2018*
- 3 – Mapa de Pessoal*
- 4 – Regulamento de taxas e tarifas*
- 5 – Ratificação do Prolongamento do Protocolo de Descentralização de Competências da Câmara Municipal da Moita na Junta de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira*
- 6 – Atos da Junta de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira no período compreendido entre Outubro e Dezembro de 2017*

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira cumprimentou os presentes e depois da verificação da presença de todos os autarcas eleitos, entrou excecionalmente no primeiro ponto da ordem de trabalhos para que a presente sessão da assembleia fosse regida pelas regras e normas constante no documento apresentado. O Sr. Daniel Justo eleito pelo Partido Socialista e indicado por este partido como o membro da Assembleia representante da bancada no grupo de trabalho que produziu esta proposta usou da palavra e referiu que o documento agora apresentado tem algumas alterações, considerando duas inovações, que apresentou. Em particular no ponto 12, onde foram criadas mais três alíneas, respeitantes ao acesso a todo o expediente da Assembleia de Freguesia, criação de um cartão de identificação de membro da Assembleia de Freguesia e a proteção em caso de acidente no exercício das suas funções. O Sr. Vitor Barata eleito pela CDU no uso da palavra deu os parabéns ao executivo da Junta de Freguesia pela qualidade

dos documentos apresentados. De seguida disse concordar com o apresentado pelo Sr. Daniel Justo e que o regimento foi construído em duas reuniões e resultou de um consenso construído. O Sr. Luís Cerqueira alertou que o regimento estabelece que no período antes da ordem do dia está previsto a palavra ao público. O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia considerou que as alterações ao regimento são positivas e que algumas já existiam e estavam previstas em regimento. Sobre a intervenção dos munícipes referiu que nesta primeira sessão o regimento terá de ser aprovado para ser cumprido. O Sr. Daniel Justo considerou que antes da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deveria ter perguntado aos munícipes presentes se queriam usar da palavra. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia no uso da palavra afirmou que o regimento é a base e estabelece as regras de funcionamento e portanto deve ser a primeira coisa a ser aprovada. Quanto às alterações agora propostas e relativamente ao seguro dos membros da Assembleia disse não ser nenhuma inovação uma vez que já existe e é determinado por lei. Disse não perceber a colocação de grãos na engrenagem por parte de alguns membros da Assembleia de Freguesia. O Sr. Daniel Justo disse que o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia começou mal e que deveria ter sido dada a palavra antes aos munícipes presentes. O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia disse entender e perguntou se mais algum membro da Assembleia de Freguesia tinha mais a acrescentar neste ponto. Logo de seguida o Sr. Paulo Alfama, eleito pelo Bloco de Esquerda considerou que não é necessário a aprovação do presente regimento porque enquanto não for substituído o regulamento anterior mantém-se em funcionamento. O Sr. Luís Ricardo eleito nas listas do Partido Socialista, disse que pode ser usual a questão do seguro mas que não estava consignado no regimento e que assim deve constar no texto do documento. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia afirmou que a questão do seguro é de lei e que não cumprir com o seguro é cometer uma ilegalidade. Disse não perceber que alguns membros da Assembleia com dezenas de anos de Assembleia não terem conhecimento de que nas contas está lá a referência ao pagamento dos seguros dos membros da Assembleia de Freguesia.

Não havendo mais nenhum membro da Assembleia para intervir, o Sr. Presidente colocou o documento à votação e este foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou aos munícipes presentes se queriam intervir. O Sr. José Manuel Fernandes usou da palavra em nome da Comissão de Utentes de Saúde da Baixa da Banheira e disse que esta entidade esteve presente na última assembleia de freguesia do mandato anterior e que hoje vinha dar conhecimento do andamento dos assuntos que tinha apresentado na sessão anterior. Considerou que o funcionamento do Centro de Saúde da Baixa da Banheira é hoje pior do que quando aqui esteve e que só entrou um dos cinco médicos anunciados para este centro de saúde. A Comissão de Utentes da Saúde exige o cumprimento da promessa e aguarda que o Sr. Secretário de Estado da Saúde

marque uma reunião para que as explicações possam ser dadas no que respeita a este assunto. Informou também que saíram dois médicos da Unidade de Saúde Familiar do Vale da Amoreira e que estas saídas correspondem à passagem de milhares de utentes do Vale da Amoreira para a Baixa da Banheira porque as Unidades de Saúde Familiar não podem ter utentes sem médico atribuído, o que veio agravar e muito o funcionamento do centro de saúde da Baixa da Banheira. Sem os utentes que vieram transferidos do Vale da Amoreira para a Baixa da Banheira já havia cerca de 15.000 utentes sem médico de família na Baixa da Banheira o que, neste momento, foi bastante agravado. Informou que estiveram em reunião com a administração do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo e que nessa reunião tomou conhecimento de que a maioria dos utentes que não tem atendimento no Centro de Saúde da Baixa da Banheira recorrem ao Hospital do Barreiro como único suporte para os seus problemas. O Sr. Manuel Cerqueira da Comissão de Utes da Saúde no uso da palavra considerou que esta situação não é normal e que começa a passar por normal. Informou que existem vários registos dos problemas na página do Facebook da Comissão de Utes da Saúde. Considerou que continua o calvário dos banheirenses à porta do Centro de Saúde e que mesmo perante situação de mau tempo se registam ali enormes concentrações de pessoas para serem atendidas. Propôs o estudo da mortandade na Baixa da Banheira porque considera que a falta de assistência na saúde dos banheirenses pode levar a mortes prematuras. Solicitou que as forças políticas aqui representadas acompanhem a Comissão de Utes neste trabalho e que estes problemas têm resolução por ação política. O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia afirmou que a Comissão de Utes de Saúde da Baixa da Banheira é considerada por todos os autarcas da freguesia. O Sr. Daniel Justo disse ter muito respeito pela Comissão de Utes da Saúde e pelo trabalho que tem feito. Afirmou que a Comissão de Utes da Saúde não poderia falar enquanto Comissão de Utes porque o nosso regimento não o permite uma vez que, na sua opinião, só as Comissões de Moradores podem falar em nome de alguém. Acrescentou que apenas deveria ter sido dada a palavra a um dos membros da Comissão e não a dois membros. Disse também que a lei deveria ser cumprida e que assim, qualquer dia, falam todas as Comissões. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia agradeceu a vinda da Comissão de Utes a esta Assembleia e que ao contrário de outros não lhe causa nenhum desconforto esta vinda e estas intervenções. Afirmou que todas as Comissões podem falar nas Assembleias das Autarquias desde que os intervenientes estejam legitimamente mandatados para tal por parte das Comissões. O que as Comissões de Moradores podem fazer é intervir em todos os pontos da ordem de trabalho sem direito a voto, as outras instituições podem intervir antes da Ordem de Trabalho, pelo que foi aqui dito não é verdade. Considerou também que os membros da Comissão de Utes da Saúde da Baixa da Banheira ao contrário de outros são movidos pelos superiores interesses da população e que por isso devem ser sempre muito bem-vindos a estas sessões. Acrescentou que as saídas de

médicos no Vale da Amoreira já são três pelo que o problema é ainda mais grave do o que foi apresentado pela Comissão de Utentes da Saúde. Disse que se isto não é assunto para discutir na Assembleia de Freguesia então não sabe qual serão os assuntos a discutir. Limitar as pessoas na sua liberdade de expressão é feio e grave e não é o Sr. Daniel Justo que diz quem pode ou não falar nesta assembleia. Felizmente o 25 de Abril foi feito para por fim a estas situações. O Sr. Paulo Alfama do Bloco de Esquerda agradeceu à Comissão de Utentes e disse concordar com o Sr. Nuno Cavaco nas suas considerações. Afirmou que há que falar no assunto e que são sempre bem-vindos. Desvalorizou as questões normativas e considerou que o importante é mesmo o assunto que os levou a fazer duas intervenções. O Sr. Vitor Barata eleito pelas listas da CDU, considerou que se deveria tomar mais uma vez uma posição nesta assembleia no sentido de reivindicar mais médicos ao serviço dos banheirenses. Referiu que vários governos que passaram fizeram várias promessas no sentido da resolução do problema e que este não foi resolvido. O Sr. Armando Castro eleito pela CDU disse que o Sr. Daniel Justo levantou uma falsa questão, considerando que ou não percebe o português ou então está de má-fé. Referiu que o regimento indica, no artigo 22º, a participação de dois representantes de associações moradores nas assembleias e sem direito a voto e não dois representantes de moradores, não confundir com o artigo 24º, em que ao abrigo deste intervieram as pessoas referidas como munícipes, no tempo destinado ao público, não obstante fazerem parte e terem referido a Comissão de Utentes da Saúde da Baixa da Banheira. Disse ainda que as organizações de moradores podem ser de vários tipos, como de transportes, ciclistas, entre outras. Explicou que existem várias associações de moradores e de várias ordens. Acusou o Sr. Daniel Justo de estar de má-fé. O Sr. João Profano eleito pelo PS considerou que o problema que se está a colocar é uma questão de português e acusou a bancada da CDU de estar a levar o assunto para onde quer e perguntou se as pessoas falaram em nome individual ou de uma associação. Considerou que sobre os problemas das comissões estes deveriam ser apenas apresentados ao executivo da junta de freguesia. Sublinhou que queria separar as águas entre moradores e associações. O Sr. Vitor Barata afirmou que o que gostaria de ouvir era a posição do Partido Socialista sobre esta matéria e se acompanha a CDU numa tomada de posição porque quem lá vai e quem não é atendido não quer saber das questões levantadas pelos eleitos da bancada do partido socialista. O Sr. Daniel Justo disse que o PS não concorda e nem está satisfeito com a situação e que falta perguntar à Ordem dos Médicos o porquê dos médicos não quererem vir para cá. Disse que o Partido Socialista prometeu e cumpriu, que prometeu o concurso e que o concurso foi feito. Disse que o PS fará tudo o que estiver ao seu alcance para resolver este problema. O Sr. Luís Cerqueira perguntou qual o papel da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal neste assunto. Referiu que o concurso que o governo abriu foi especial e com melhores condições para os médicos. Disse que em algumas autarquias as próprias autarquias dão incentivos aos médicos para se fixarem

nos seus territórios. Considerou que o problema não se resolve só atirando pedras ao governo. O Sr. Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco, leu parte de um comunicado do Partido Comunista Português onde criticava o adiamento do concurso de Julho para Setembro, avisando o governo que a abertura do concurso em vésperas de eleições poderia levar a que os médicos que poderiam ser colocados em Julho ingressarem no privado ou fossem para o estrangeiro, porque quando as pessoas acabam os seus cursos querem é ir trabalhar. Retorquiu que apesar dos avisos do PCP o PS não alterou nada e ainda andou a distribuir comunicados e documentos à população nas vésperas de eleições prometendo cinco médicos. Disse também que a bancada da CDU perguntou à bancada do PS o que é que tinha feito para resolver o assunto e disse ficar espantado porque para além do PS não ter dito nada sobre o assunto ainda tentou imputar responsabilidades à Câmara Municipal da Moita e à União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. Disse que o problema é da responsabilidade do governo e que qualquer dia lhe exigem que vista uma bata branca e faça consultas. Não aceitamos que se tratem trabalhadores de forma diferente. Os médicos têm de ser colocados onde fazem falta e não onde ganham mais dinheiro. Há um problema de há 40 anos na Baixa da Banheira e os sucessivos governos têm sido incompetentes para resolver este problema. A falta de médicos é generalizada em Lisboa, Setúbal e no Algarve. As autarquias que estão a dar vantagens aos médicos são aquelas em risco de desertificação muito também por culpa dos sucessivos governos porque lhes fecharam a escola, o posto da gnr, o posto de correios, o tribunal e até a junta de freguesia. Disse acompanhar a Comissão de Utentes para todo o lado e estar ciente da situação que é muito grave. Informou que o Presidente da Administração Regional de Saúde disse que a maior parte dos médicos em formação são jovens mulheres oriundas do norte e que quando acabam os seus cursos, as pessoas querem retornar às suas terras e constituir família. Considerou que durante o exercício deste governo a situação no que toca à saúde piorou na freguesia. Afirmou que precisamos de médicos e precisamos que todos os membros da Assembleia de Freguesia digam isto. O Sr. Luís Cerqueira reafirmou que o peso da Junta de Freguesia e da Câmara da Moita poderia trazer uma mais-valia ao processo e à resolução do mesmo. O Sr. Luís Ricardo no uso da palavra informou que estão a ser formados 200 médicos por ano na área da saúde familiar e porque é que não há uma justa repartição dos médicos onde fazem realmente falta. Relativamente à Baixa da Banheira foram dados mais incentivos e considerou pertinente perguntar como é que numa Área Metropolitana de Lisboa e apesar dos incentivos os médicos não vieram? Considerou que os médicos não querem vir porque outros valores mais altos se levantam como interesses privados. Referiu que há anos os médicos eram obrigados a trabalhar 2 ou 3 anos onde faziam falta. O governo não pode obrigar os médicos a irem para onde não querem. Disse que falta aprovar uma última ata, da última sessão ordinária da Assembleia de Freguesia do anterior mandato. Sobre a ata de

instalação dos órgãos autárquicos considerou que estava uma grande trapalhada. Apresentou a inscrição dos votos para a Assembleia de Freguesia como errada e considerou também que a inscrição dos votos para os vogais do executivo da junta de freguesia também era uma trapalhada. Retorquiu que isto era uma trapalhada. O Sr. Vitor Barata solicitou uma interrupção da Assembleia para esclarecer alguns assuntos. O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia aceitou a solicitação e a sessão da Assembleia de Freguesia foi interrompida. Retomada a sessão da Assembleia por parte do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia o Sr. Vitor Barata apresentou as correções à votação solicitando mais respeito pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e colaboração a todas as bancadas no sentido de melhorarmos o trabalho. Na descrição da votação para eleição dos vogais da junta são 11 votos a favor e 8 em branco e para a eleição da mesa da assembleia 13 votos a favor e 6 votos em branco. O Sr. Paulo Alfama apresentou também uma correção de uma referência a um ano, na página 6 na referência à lei orgânica é 2001, a referência estava mal escrita. O Sr. Luís Ricardo reconhece que foi um lapso a exigência da votação da última ata da sessão do último mandato uma vez que foi votada a ata em minuta e retirou a expressão trapalhada na consideração que fez sobre esta ata. Não havendo mais nada a tratar sobre esta ata, a mesma foi votada e aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente solicitou que a 2ª secretária da Assembleia de Freguesia lesse o expediente recebido.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou aos membros da Assembleia de Freguesia se tinham documentos para apresentar, moções, saudações ou outros documentos.

O Sr. Rui Cunha eleito pela CDU apresentou uma Moção sobre a saúde na freguesia onde apresentava como deliberações a vinda de mais médicos, atenção especial à população que está cada vez mais envelhecida e para as jovens mães e bebés no acesso aos cuidados de saúde primários. O Sr. Armando Castro acrescentou que não é só a Comissão de Utentes da Baixa da Banheira que luta sozinha, referindo que as autarquias têm estado ao seu lado e ao lado da população nesta luta. Propôs que a moção caso fosse aprovada deveria ser enviada aos órgãos de soberania. O Sr. Luís Ricardo propôs que a mesma fosse enviada para todos os grupos parlamentares da Assembleia da República. O documento foi colocado à votação e foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Luís Cerqueira fez duas perguntas ao Executivo da Junta de Freguesia. O primeiro, relacionado com a requalificação da Rua 1º de Maio. Referiu que o projeto foi apresentado em Junho de 2017 e onde foi dito que o lançamento do concurso público estava previsto para o último trimestre de 2017. Pergunta qual o ponto de situação. Perguntou também qual a data de instalação das árvores de natal, o pedido de ligação e a sua ligação e quais os critérios e valor

para as duas freguesias. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia respondeu que daria todos os esclarecimentos nos atos da junta. O Sr. Luís Cerqueira afirmou que não teve resposta neste ponto. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que respondia na altura certa.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu entrada no ponto da Ordem de Trabalhos relacionado com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que introduziu o ponto fazendo algumas considerações. Afirmou que estes documentos foram elaborados depois de ouvida a população, movimento associativo popular, forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia e os trabalhadores da Junta de Freguesia. Deu nota de que este trabalho se integra no orçamento participativo, onde as pessoas participam efetivamente com conhecimento dos documentos e das propostas, que as podem fazer, ao contrário do orçamento participado que apenas recolhe sugestões e propostas sem que as pessoas se envolvam efetivamente no processo democrático. Referiu algumas dificuldades relacionadas com a falta de pessoal e com dificuldades na manutenção dos bancos da freguesia. De seguida passou a palavra à Dona Paula Coordenadora Técnica da área financeira da autarquia que fez uma apresentação detalhada e exaustiva de cada rúbrica e uma apreciação global dos documentos. O Sr. Luís Ricardo perguntou se as carrinhas da junta de freguesia estavam todas amortizadas e se não se justificava uma substituição de todas as carrinhas, aproveitando os projetos de leasing. Sugeriu que se pensasse em adquirir novos veículos, no sentido de se poupar recursos da freguesia. O Sr. Paulo Alfama disse concordar com o Sr. Nuno Cavaco de que este era o plano da força vencedora e assim uma evolução na continuidade. Considera que existe uma lacuna no que diz respeito à não referência da recuperação dos espaços urbanos área que considera essencial. Considerou que estas preocupações deveriam ser apresentadas como reivindicações à Câmara Municipal da Moita. O Sr. Luís Cerqueira afirmou que o Partido Socialista esteve reunido com o executivo a 21 de Novembro de 2017 e que esta força política apresentou várias propostas, destacou as questões relacionadas com o mobiliário urbano e com o reforço da manutenção do Parque José Afonso. Considerou que estão apresentadas diminuições de verbas em algumas rubricas muito importantes como a mobilidade, mobiliário urbano e outras relacionadas com a vida das pessoas. Considerou que o orçamento é de continuidade. Colocou como pergunta porque é que os fundos comunitários não são contemplados neste orçamento. Assim sendo apresentou o voto contra da bancada do PS. O Sr. Daniel Justo referiu que este é o plano de continuidade e que não o aceita por isso mesmo. Considerou que 5000 euros para passeios e vias é manifestamente insuficiente. Depois e no que toca às reivindicações considerou, e dando como exemplo, que 3 pavilhões desportivos num ano são muitas reivindicações e que quem tudo quer tudo perde. Destacou o aumento das verbas do governo e a redução das verbas no protocolo de descentralização e das verbas

contempladas para o movimento associativo popular. O Sr. Vítor Barata disse que todos nós gostaríamos que houvesse mais verba e que se os sucessivos governos tivessem cumprido a Lei das Finanças Locais as verbas seriam muito superiores. Destacou o apoio que a Junta de Freguesia dá ao Movimento Associativo que vai muito além do apoio financeiro e que o valor do apoio logístico não é aqui entendível, mas que é muito. Disse que a extinção das freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira trouxe vários problemas à comunidade e uma redução efetiva dos meios disponíveis e que por isso a situação deveria ser revista. Disse que a bancada da CDU iria votar favoravelmente ao documento, que é o possível e que está bem feito. O Sr. Nuno Cavaco no uso da palavra explicou que as obras na Rua 1º de Maio devem avançar depois das Festas de 2018 mas que as questões relacionadas com este projeto devem ser colocadas à Câmara. Informou que colocaram dois projetos à consideração da Câmara Municipal da Moita e que vai haver obras na Avenida 1º de Maio e na Estrada Nacional nos próximos anos. Também informou que vão haver algumas intervenções em espaços públicos, mais concretamente em praças. Criticou a postura do Partido Socialista porque apresentam propostas ao mesmo tempo que anunciam o voto contra. E lamentou que todos os anos o Sr. Daniel Justo faça as mesmas perguntas ano após anos. Dizer que vamos reduzir investimento e manutenção sem olhar para o orçamento todo é pura demagogia. Informou que nem todas as carrinhas são da Junta de Freguesia, a que está ao serviço do Vale da Amoreira foi emprestada pela Junta de Freguesia de Alhos Vedros porque a tinha parada e que o objetivo do executivo da Junta de Freguesia adquirir uma carrinha para ir substituindo a frota existente. Disse que o Partido Socialista não fez propostas, mas que apresentou uma lista de necessidades cujas competências na sua maior parte são de outras entidades e que não apresentou uma estimativa de custos para nenhuma das propostas. Disse que o Bloco de Esquerda não participou na discussão do documento. Salientou que a única força política que participou na construção do documento foi o PSD, numa reunião de 3 horas, apresentando propostas que foram aceites. Sobre os pavilhões disse que apresentam a situação há 30 anos que há 30 anos que dizemos que fazem falta 3 pavilhões e o PS diz que são muitos, mas se o PS dissesse que faziam um pavilhão a cada 10 anos arriscaria a dizer que a CDU os louvaria. Afirmou que o PS não fez propostas para o concelho da Moita nos últimos anos. A ideia que dão é que não querem nada para o concelho da Moita que seja da responsabilidade do governo. Explicou que não se contemplam fundos comunitários no orçamento porque o acesso aos fundos comunitários determina financiamentos à banca e endividamento da junta de freguesia. Disse que se o PS apresentar uma obra, que seja da competência da Junta de Freguesia e que seja do consenso de todas as forças políticas, que a junta de freguesia apresentaria candidatura. Sobre o protocolo de descentralização explicou a redução de verbas com obras que a Câmara faz e fez em substituição da Junta de Freguesia, deu o exemplo das obras na Escola Básica nº 5 em que a Câmara se substituiu à Junta de Freguesia e como tal o

dinheiro não foi descentralizado. Terminou dizendo que este orçamento não era um orçamento apenas da CDU porque foi discutido e ratificado com o movimento associativo popular, com a população e com os trabalhadores, donde resultaram mais de 200 propostas e onde participaram centenas de pessoas. Lamentou que o governo não cumprisse a lei das finanças locais. As verbas do FFF são de direito na Junta de Freguesia as do Protocolo de Descentralização são uma opção da Junta de Freguesia. O Sr. Daniel Justo lamenta que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia para defender o seu plano ataque o PS. Disse que a CDU deve governar e que a oposição deve fiscalizar e acompanhar os atos da junta. Considerou que a Junta recebeu mais verbas do governo e menos verbas da Câmara Municipal da Moita. Disse que os fundos comunitários dão trabalho, muito trabalho. O Sr. Luís Cerqueira disse que o documento que foi entregue não deve ter sido lido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia uma vez que fez referência a propostas que não constam do documento. Disse que o Partido Socialista pretende apoiar os jovens e a juventude porque estes fogem da nossa terra, de onde destacou a proposta de atribuição de bolsas escolares e construção de uma cobertura de um ringue de uma associação. Disse também que o ano passado o PS apresentou uma proposta para a implementação de orçamento participativo e que o executivo deveria dizer qual o cabimento no orçamento que cabe à participação das pessoas. Afirmou que o Partido Socialista vota contra o documento na forma como está feito e foi apresentado. Concluiu dizendo que o PS apresentou propostas e que nenhuma das questões apresentadas foi aceite pelo executivo da Junta de Freguesia. A Sr^a Cátia Santos eleita pelo PS considerou que quando se diz que o PS não apresenta propostas isso é factualmente desmentido, uma outra questão é cabimentar as propostas. Considerou que as palavras ditas são uma falta de respeito pelas pessoas que aqui estão e que trabalham. O Sr. Luís Ricardo e no que respeita ao parque automóvel considerou que este apresenta despesa e que a aquisição de novas carrinhas deveria ser um investimento a considerar. Uma outra questão é que foi aqui dito que o Partido Socialista não apresenta propostas para o Concelho da Moita e o que é curioso é que se diz que há pouco empenhamento até dos responsáveis locais, mas o orçamento de estado para 2018 foi aprovado com os votos do PS, PCP, Verdes e Bloco de Esquerda, o que significa se estamos a fazer uma critica nesse sentido, pelo que o esforço não deve ser apenas direcionado para o PS. Sobre os fundos comunitários. O Sr. Armando Castro apelou ao cumprimento do regimento agora aprovado até porque há membros da Assembleia de Freguesia que intervêm por mais de três vezes e usam largas dezenas de minutos sobre os mesmos assuntos. Disse que já era meia-noite e que ainda faltavam pontos na ordem de trabalho para tratar. O Sr. Vitor Barata solicitou ao Presidente da Assembleia de Freguesia que colocasse as grandes opções do plano e orçamento para 2018 à votação uma vez que todos os membros da Assembleia de Freguesia que quiseram intervir ou questionar o executivo o fizeram. O Sr. Nuno Cavaco disse que sobre os fundos comunitários o executivo da junta de

freguesia não tem questões ideológicas e que o recurso a estes fundos é feito em coordenação com a Câmara Municipal da Moita. O Sr. Luís Cerqueira pediu para intervir em defesa da honra, o Sr. Nuno Cavaco disse que não ofendeu ninguém e que não há motivo para defesa da honra. O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia disse que queria colocar o documento à votação. Colocado à votação o documento foi aprovado com 6 votos contra do PS, 2 abstenções do BE e 12 votos a favor da bancada da CDU e PSD. O Sr. Luís Cerqueira apresentou uma declaração de voto onde considerou que este orçamento não apresenta propostas e dados concretos para reverter a situação de estagnação da freguesia, pelo que o PS vota contra o documento. O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se a declaração de voto era escrita ou oral e o Sr. Luís Cerqueira disse que era oral. O Sr. Armando Castro apresentou uma declaração de voto em nome dos eleitos da CDU porque considera que a proposta agora votada responde aos principais problemas da população e porque foi construída de forma democrática com a população, trabalhadores e movimento associativo popular da freguesia. O Sr. Paulo Alfama propôs que as declarações de voto fossem apresentadas de forma oral e que depois ficassem anexas à ata.

De seguida o Sr. Nuno Cavaco, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, apresentou o ponto referente ao Mapa de Pessoal, dizendo que este mapa de pessoal tem sido apresentado assim já há alguns anos e que tem vagas em aberto. E tem vagas em aberto porque este orçamento de estado por luta e proposta do PCP irá permitir a integração de vínculos precários e como temos trabalhadores em situação precária, estes lugares estão abertos para eles. Disse desejar que isso assim aconteça. De seguida passou a palavra à Sr^a Almerinda Beliz que completou as informações dadas pelo Sr. Presidente da junta de Freguesia, acrescentando que tinha conhecimento de que a legislação para integração de vínculos precários iria sair dentro de três meses, pelo que estamos a aguardar a publicação dos diplomas. Disse também esperar que a maioria dos precários a trabalhar nesta junta de freguesia possam dessa forma passar a integrar os quadros desta instituição. Não havendo mais ninguém para intervir o documento foi colocado a aprovação e foi aprovado com 14 votos a favor e 5 abstenções da bancada do PS.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira deu entrada no antepenúltimo ponto da ordem de trabalhos, regulamento de taxas e tarifas. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia apresentou o documento explicando que depois de um estudo feito e depois de terem sido feitas reuniões de trabalho com as outras juntas de freguesias do concelho da Moita se propõem algumas alterações de pormenor, atualizações de valor, variáveis entre os 5 e os 15 cêntimos, justificando que alguns documentos dão prejuízo à Junta de Freguesia e com base em que não houve alterações nos valores nos últimos 7 anos. O Sr. Armando Castro referiu que a isenção total para pessoas que

não recebam qualquer rendimento da segurança social é insatisfatória porque há pessoas que não recebem apoios da segurança social mas que têm outros tipos de rendimentos, pelo que sugere que se acresce que tem de haver comprovativo de que a pessoa não recebe rendimentos de qualquer tipo, de modo a que seja feita justiça. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia indicou que o executivo aceita a proposta mas que são esses os procedimentos em vigor na Junta de Freguesia. O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o documento à votação com as alterações propostas pelo Sr. Armando Castro. O documento foi aprovado por maioria, com 13 votos a favor e 5 abstenções do Partido Socialista e 1 voto contra da mesma bancada. O Sr. João Profano fez uma declaração de voto dizendo que votou contra porque não é a favor das taxas apresentadas.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para a apresentação do penúltimo ponto da ordem de trabalhos, ponto relativo à ratificação prolongamento da vigência do Protocolo de Delegação de Competências. Explicou que a delegação de competências da Câmara Municipal da Moita na freguesia é feita com dois contratos, a expressão de delegação de competências é a simplificada. Este ponto apresenta duas questões, a primeira relacionada com o orçamento de estado e a sua aprovação e a segunda com a nova lei de descentralização de competências que o governo está a fazer e que ainda não está aprovada, pelo que não sabemos quais as novas competências que vamos ter. Assim propomos o prolongamento da vigência do atual à semelhança do que fizemos no mandato passado no prazo de 6 meses para que possamos discutir o assunto com a Câmara Municipal com mais informação. Não havendo ninguém para intervir neste ponto a proposta foi colocada à votação e foi aprovada por maioria com os votos a favor de CDU, PSD e BE (13) e 6 votos contra do PS. O Sr, Daniel Justo apresentou uma declaração de voto em nome da bancada do PS onde referiu que o PS votava contra porque desconhecia a ratificação do protocolo de descentralização de competências, porque o executivo da junta de freguesia não fez chegar aos membros da assembleia de freguesia qualquer informação sobre o assunto.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia passou para o ponto seguinte e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que afirmou que por vontade da bancada do Partido Socialista a Junta de Freguesia não recebia qualquer verba da Câmara Municipal da Moita durante os próximos seis meses e que a Junta de Freguesia iria comunicar isso mesmo à população das freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. Durante esta intervenção o Sr. Presidente da Junta de Freguesia foi interrompido por várias vezes por membros da bancada do partido socialista alegando estes que queriam defender a honra da bancada. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia no uso da palavra pediu por várias vezes para o deixarem falar. Os elementos da bancada do partido socialista abandonaram a sessão. Referiu a Festa de Natal Comunitária e valorizou o trabalho da 2ª secretária da Assembleia de Freguesia,

Helena Conceição, que fez umas bonecas que entregou as bonecas em nome dos eleitos da Assembleia de Freguesia a doentes internadas no Hospital de Nossa Senhora do Rosário no Barreiro. A Sr^a Helena Conceição presenteou as mulheres presentes na Assembleia com uma boneca. O Sr. Vitor Barata solicitou ao Presidente da Assembleia de Freguesia que o abandono da sessão por parte do Partido Socialista ficasse registado em ata. O Sr. Presidente da União de Freguesias interveio dizendo que já viu por várias vezes e em Assembleias de Freguesia os elementos do partido socialista abandonarem as reuniões, pelo que está habituado a estas ações e que as lamenta mas que não se surpreende. Acrescentou que nem sempre os abandonos do PS foram unanimes na sua própria bancada.

Nada mais havendo a tratar foi lida a minuta da ata pela 1^a Secretária da Assembleia de Freguesia, a Sr^a Vanda Santos, que mereceu o voto por unanimidade dos presentes.

O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por concluídos os trabalhos, convidou todos os presentes para disfrutarem de um bolo-rei e de um moscatel, desejando boas festas a todos.